

**O (DES)AVANÇO NEOLIBERAL DA BNCC E A EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**Uma educação para o mercado de trabalho**

**BNCC'S NEOLIBERAL ADVANCEMENT AND PHYSICAL EDUCATION**  
**Education for the labor market**

**EL AVANCE NEOLIBERAL (DE) Y LA EDUCACIÓN FÍSICA DE BNCC**  
**Educación para el mercado laboral**

Pollyana Mergulhão Barreto<sup>1</sup>  
Victoria Oliveira Modesto<sup>2</sup>  
Karen Cristina Rezende<sup>3</sup>

**Resumo:** O texto analisa o documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC), relacionando com as políticas neoliberais que influenciaram na sua elaboração, e também sob a forma de trabalho dos/as professores/as, e a reforma do ensino médio, que gera a desvalorização da Educação Física, que se torna uma disciplina optativa. A BNCC traz uma centralização curricular, dando ênfase nos resultados, por meio das competências e habilidades, e a reforma do Ensino Médio modifica algumas disciplinas, dentre elas a Educação Física, que passa a ter uma grande perda, pois pode aparecer em apenas um ano do ensino médio. Além disso, essa reconstrução torna o currículo cada vez mais tecnicista, numa perspectiva próxima ao senso comum, sem criticidade e sem saber científico, preparando os/as estudantes para o mercado de trabalho capitalista, ou seja, formando indivíduos para um mercado mecanizado, prontos para obedecer e trabalhar, sem questionar a forma que são conduzidos por seus superiores. Dessa forma, vale ressaltar que ter uma homogeneidade curricular significa a homogeneidade do sujeito.

**Palavras-chave:** BNCC. Neoliberalismo. Educação Física.

**Abstract:** The text analyzes the document Common National Curricular Base (BNCC), relating to the neoliberal policies that influenced its elaboration, and also in the form of the work of teachers, and the reform of high school, which generates the devaluation of Physical Education, which becomes an optional subject. BNCC brings a curricular centralization, emphasizing results, through skills and abilities, and the reform of high school changes some disciplines, among them Physical Education, which starts to suffer a great loss, as it can appear in just one year from highschool. Furthermore, this reconstruction makes the curriculum increasingly technical, in a perspective close to common sense, without criticism and without scientific knowledge, preparing students for the capitalist job market, that is, forming individuals for a mechanized market, ready to obey and work, without questioning the way they are led by their superiors. Thus, it is noteworthy that having a homogeneous curriculum means the homogeneity of the subject.

**Keywords:** BNCC. Neoliberalism. Physical Education.

---

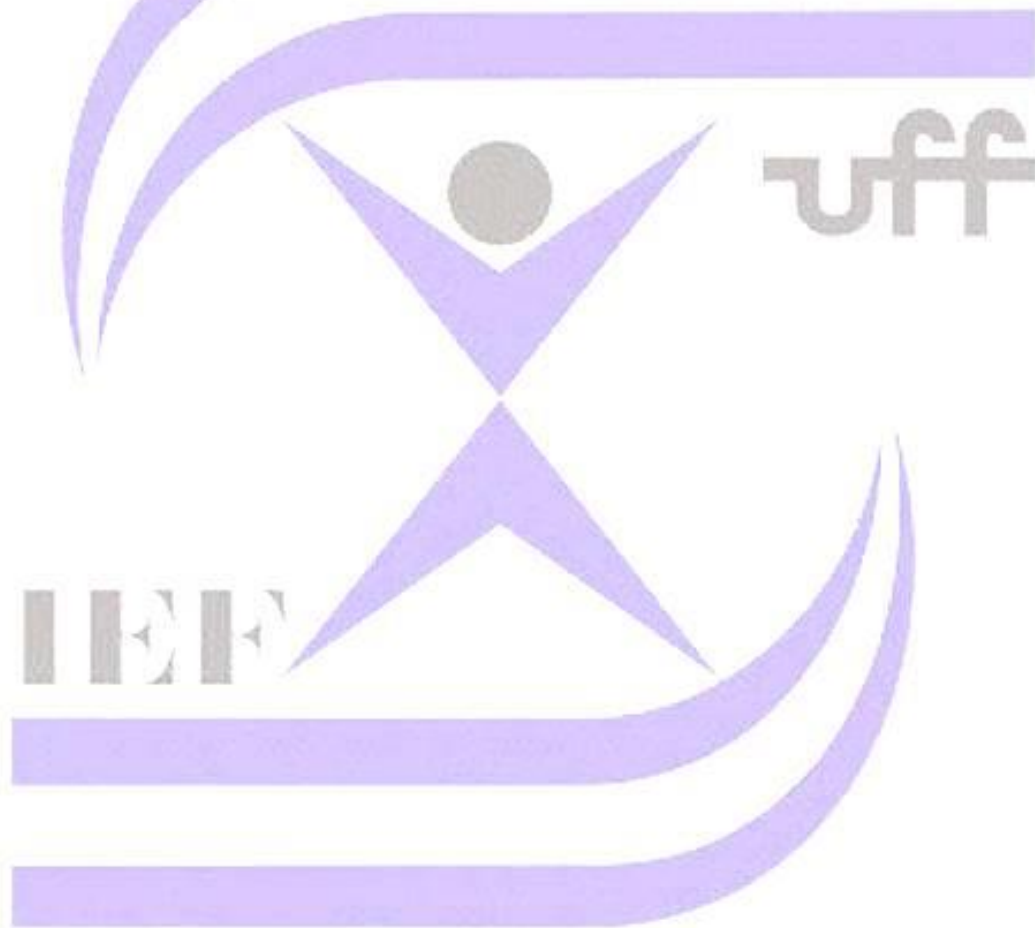
<sup>1</sup> Graduanda em Educação Física grau Licenciatura, Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: Pollyana.barreto@ufu.br.

<sup>2</sup> Graduanda em Educação Física grau Licenciatura, Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: Victoria.modesto@ufu.br.

<sup>3</sup> Graduanda em Educação Física grau Licenciatura, Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: Karen.cristina@ufu.br.

**Resumen:** El texto analiza el documento Base Curricular Nacional Común (BNCC), relativo a las políticas neoliberales que influyeron en su elaboración, y también en la forma del trabajo de los docentes, y la reforma del bachillerato, que genera la desvalorización de la Educación Física, que se convierte en un tema opcional. BNCC trae una centralización curricular, enfatizando resultados, a través de competencias y habilidades, y la reforma de Bachillerato modifica algunas disciplinas, entre ellas Educación Física, que comienza a sufrir una gran pérdida, como puede aparecer en apenas un año de Bachillerato. Además, esta reconstrucción hace que el currículo sea cada vez más tecnicista, en una perspectiva cercana al sentido común, sin criticidad y sin conocimientos científicos, preparando a los estudiantes para el mercado laboral capitalista, es decir, formando individuos para un mercado mecanizado, dispuestos a obedecer y trabajar, sin cuestionar la forma en que son conducidos por sus superiores. Así, es de destacar que tener una homogeneidad curricular significa la homogeneidad de la asignatura.

**Palabras clave:** BNCC. Neoliberalismo. Educación Física.



## 1 INTRODUÇÃO

O título desse trabalho “O (des)avanço neoliberal da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Física”, nos remete a problematização sobre a questão de que está acontecendo um avanço de políticas neoliberais e educacionais na sociedade, mas isso acaba sendo um (des)avanço para uma educação pública de qualidade. Com o passar do tempo essas políticas vão retrocedendo o sistema educacional.

O que nos levou a escolha desse tema, é porque fazemos parte do Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Educação Física, na Universidade Federal de Uberlândia - UFU, que é um projeto de formação inicial ligado aos cursos de licenciatura, e que tem como objetivo a valorização do magistério e oferece bolsas àqueles que exercem atividades nas escolas públicas. O PIBID nos permite ir para as escolas públicas e acompanhar os trabalhos dos/as professores/as e colaborar com a construção das estratégias de ensino, planejando atividades para os diferentes anos escolares, nesse contexto, notamos a influência da BNCC no trabalho docente, principalmente na relação que esse documento tem sob a não autonomia dos/as professores/as.

Para a construção desse trabalho foram feitas revisões bibliográficas a partir de estudos referentes à BNCC e neoliberalismo. Dentre os documentos encontrados, selecionamos e colocamos como enfoque 5 textos que envolvem esse assunto, são eles: A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas (2018); O currículo como materialização do estado gerencial: a BNCC em questão (2019); Basta implementar inovações nos sistemas educativos? (1999); Parecer Crítico da Versão Preliminar Da Base Nacional Comum Curricular para a Área de Linguagens e o componente curricular - Educação Física (2016); Diálogos Críticos: BNCC, educação, crise e luta de classes em pauta (2019). Além disso, fizemos a leitura do documento BNCC e da reforma do Ensino Médio.

Um estudo de Moreira (1999), nos mostra que o Brasil é marcado por uma série de políticas de governo, ou seja, a cada mudança no poder, há uma nova reforma, causando uma descontinuidade do que antes já estava sendo produzido. Essa descontinuidade é refletida na má qualidade da educação uma vez que os projetos são interrompidos a cada mudança governamental. Apesar do texto de Moreira (1999) preceder o documento da BNCC, ele foi inserido nesta análise porque nos apresenta

elementos para a compreensão da elaboração e implementação das políticas educacionais no Brasil.

A BNCC é um documento que prevê o que o/a professor/a deve ensinar e o que os/as estudantes têm que aprender. Porém, esse documento foi escrito por profissionais da área, de uma região e de uma realidade, que quase sempre é adversa à realidade da maioria das escolas públicas brasileiras. Além disso, vários temas que são de extrema importância, como as questões de gênero e sexualidade, não foram contemplados na BNCC, como cita Rodrigues (2016).

Com base nisso, a BNCC se molda em um caráter neoliberal de educação, onde o ensino é padronizado, os/as professores/as são controlados ao o que ensinar e como ensinar, e os/as estudantes são vistos como seguidores de uma política empresarial. Para Antunes (2019, p. 8),

A Educação, nesse contexto neoliberal, tem sido alvo de modificações para atender aos interesses do mercado, introjetando elementos advindos das empresas, como a inserção da qualidade total e do modelo gerencial. [...] Pode-se afirmar que esse modelo promoveu uma subordinação ainda maior da política social à política econômica.

Na década de 1990, as políticas educacionais passaram a ser influenciadas por organizações como o Banco Mundial e a Unesco, que direcionaram a reconstrução dos currículos escolares e passaram a atender as necessidades do mercado capitalista. A educação passou a ser objeto para fomentar o capitalismo, ou seja, vem sendo orientado em uma educação empresarial centralizada na BNCC, por meio de ações do neoliberalismo que propõem a intervenção mínima do Estado na economia. Em relação ao setor da educação o Estado passa a ter uma intervenção máxima no que diz respeito as questões legislativas e em termos de financiamentos se torna mínimo seu papel, já que o setor empresarial passa a ser o que entra com dinheiro para que suas vontades sejam colocadas em práticas, como o caso da BNCC que é utilizado termos que compõem a área empresarial como as palavras competências e habilidades.

A BNCC pode ocasionar um retrocesso na educação brasileira, pois, esse documento não aborda questões da diversidade cultural e das diferenças subjetivas, tornando uma base ligada ao tecnicismo, principalmente no ensino médio. A criticidade e o interesse científico, devem ser estimulados pelos/as professores/as, para que os/as estudantes se tornem seres críticos, e o que vemos na BNCC é justamente o contrário disso, nela há apenas competências e habilidades para formar seres robotizados inseridos no mercado de trabalho.



No documento da BNCC, a educação física no ensino médio carece de informações, sendo resumida a alguns parágrafos que não chegam a uma página completa, mostrando novamente a desvalorização da disciplina para essa base nacional comum curricular. Esse acontecimento se articula com a redução do conhecimento ao saber fazer e a valorização da "prática".

## 2 DISCUSSÕES

A Constituição Federal de 1988, proporcionou a conquista da gestão democrática nas escolas públicas, mas o que deveria ser um direito, passou a ser instrumento de resistência aos modelos empresariais que implantaram políticas de formação para o mercado de trabalho e foram incentivadas por diversas empresas privadas. Com isso, podemos ressaltar que, ao mesmo tempo que se conquista valores sociais democráticos na educação, as políticas neoliberais mostram o contrário, elas são influenciadas por empresas privadas, que enxergam a educação como um meio de obter robôs para suas empresas, negando o conhecimento por meio das novas políticas educacionais, que gera implicações negativas para o processo de democratização da escola e da sociedade (PERONI; ADRIÃO, 2018).

Antunes (2019), fala que, o setor educacional promoveu o que se denomina de managerialismo performativo, ou gerencialismo, que resulta em processos de mercadorização ou mercantilização da oferta educacional. O discurso do novo gerencialismo na educação enfatiza os propósitos instrumentais de escolarização e está frequentemente articulado a um vocabulário da empresa, excelência, qualidade e eficiência (GEWIRTZ; BALL, 2011, p. 199 *apud* ANTUNES, 2019, p. 47).

Devido às novas políticas de mercado na educação, o trabalho docente é afetado, já que essa limita a autonomia do/a professor/a por meio da BNCC, que coloca “o que” e “como” deve ensinar. Além disso, também fere a autonomia das instituições de ensino, que para Sena (2019, p.31),

Não pode ser uma imposição [...]. Esta é uma discussão que sempre foi e deve ser assegurada no âmbito da pluralidade de ideias que cada sistema ou rede de ensino, em cada escola, cada coletivo docente, à luz de seu projeto político-pedagógico, à luz da realidade distinta dos contextos, cabe definir.

A BNCC busca a centralização curricular nacional das escolas, deixando de lado a diversidade cultural existente em cada estado brasileiro, já que cada região possui sua particularidade. Além disso, a BNCC gera um desrespeito a outros documentos que

propunham trabalhar a diversidade, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Esse acontecimento ocasionou um retrocesso e uma desconsideração aos estudos feitos por décadas sobre os currículos educacionais, por meio de um caráter conservador e excludente, e algumas regiões brasileiras serão mais afetadas, como o Norte e o Nordeste, que não terá sua cultura presente na BNCC.

A homogeneização desrespeita as distintas matrizes étnicas do povo brasileiro, inclusive, suas conquistas, no âmbito da legislação educacional, as quais parecem não ter valor na BNCC. Um currículo igual para todos, passa por cima das diferenças regionais e culturais e torna o processo escolar restrito aos saberes mínimos, isentos de implicação com os sujeitos, suas lutas e seus direitos (SENA, 2019, p. 20).

A BNCC proporciona a perda de autonomia do/a professor/a perante o conteúdo a ser trabalhado no Ensino Fundamental, no qual é permitida apenas algumas ações do docente. A BNCC, no fundamental, gera a privação do/a professor/a sobre “o que ensinar e como ensinar”. Esse acontecimento é visível quando vamos às escolas, e observamos o docente seguindo o documento, na maioria das vezes com dificuldades, porque a BNCC não leva em consideração as questões precárias que muitas escolas públicas se encontram.

Dessa forma, a BNCC na parte do ensino fundamental é construída de uma maneira, que não coloca em questão as situações precárias que a maioria das escolas públicas brasileiras se encontram. Isso gera um contexto no qual o/a professor/a acaba sendo responsabilizado e culpado se não consegue desenvolver o que está no documento e isso dificulta o trabalho docente, pois não são consideradas as condições de trabalho que o/a professor/a é submetido, como a falta de infraestrutura das escolas.

A BNCC é um documento que em sua elaboração teve uma visão centralizadora, que não atendeu as questões socioeconômicas dos/as estudantes, e que em cada região brasileira a escola pública está inserida em um contexto diferente, uma mais periférica que outra, é um documento que cria um ambiente competitivo, que é uma característica do mercado empresarial, que influencia o sistema educacional, e isso, é visto com a quantidade de termos utilizados como habilidades, competências, eficácia e eficiência que vem no documento BNCC.

Em relação às propostas do ensino médio, vale ressaltar, que de início, a 3ª etapa da versão da Base Nacional Comum Curricular, não foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Além disso, é trazido de maneira superficial os objetivos de cada área de conhecimento, afetando principalmente as disciplinas Arte, Educação

Física, Filosofia, Sociologia, que são resumidas em alguns parágrafos incompletos, não especificando suas expectativas, e não especificando quais objetivos com a formação humana no ensino médio.

Uma vez que o CNE foi levado a considerar a aprovação de proposta incompleta, encaminhada pelo MEC sem contemplar o ensino médio, sem a modalidade Educação de Jovens e Adultos e sem a Educação do Campo, além de outras fragilidades (MENDONÇA, 2018, p.39).

Dito isto, vale apresentar a declaração de voto da conselheira Márcia Ângela da Silva Aguiar do CNE (Conselho Nacional de Educação), que alega voto contrário ao Parecer referente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alegando que,

O mesmo rompe com o princípio conceitual de Educação Básica ao excluir a etapa do Ensino Médio e minimizar a modalidade EJA, e a especificidade da educação no campo; desrespeita o princípio do pluralismo proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); fere o princípio de valorização das experiências extraescolares; afronta o princípio da gestão democrática das escolas públicas; atenta contra a organicidade da Educação Básica necessária à existência de um Sistema Nacional de Educação (SNE). Declaro, ainda, que o Conselho Nacional de Educação, ao aprovar o Anexo (documento - 3ª versão da BNCC) apresentado pelo Ministério da Educação, com lacunas e incompletudes, abdica do seu papel como órgão de Estado; fragiliza a formação integral dos estudantes, além de ferir a autonomia dos profissionais da Educação. Isto posto, reitero meu voto contrário à aprovação da Base Nacional Comum Curricular nos termos dos Parecer, Resolução e Anexos apresentados pelos Conselheiros Relatores (AGUIAR, 2018, p. 24).

No documento, a disciplina de Educação Física está inserida em Linguagens e suas tecnologias, juntamente com Arte, Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Ao analisar a BNCC, pode-se observar uma defasagem sobre os conteúdos das disciplinas no Ensino Médio, além de ter 7 competências específicas relacionadas a linguagem que segundo Brasil (2018, p. 491- 497), são elas:

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais);
2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições;
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos;
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo) político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza;

5. Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade;
6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re) construir produções autorais individuais e coletivas;
7. Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

Ao lermos o documento ressaltamos a seguinte indagação: Por que a base apresenta as competências específicas e as habilidades que devem ser asseguradas pelas disciplinas que estão em Linguagem e suas tecnologias, mas a mesma não assegura à disciplina de Educação Física? Com a reforma do ensino médio, sob a Lei nº 13.415/2017, a Educação física deixa de ser uma disciplina obrigatória. Mesmo a Educação Física sendo fundamental para o cumprimento das propostas indicadas no documento da BNCC, é invalidada com a reforma do ensino médio, que trata a educação física como não fundamental para a formação humana. A Educação Física, Arte, Filosofia e Sociologia, perderam sua obrigatoriedade e ainda teve seus status alterados, tornando-se saberes e práticas, proporcionando assim, a opção de que as escolas não precisem oferecê-las, e quando oferecerem, não há necessidade de que as aulas sejam ministradas por profissionais licenciados. Assim, podendo ser executadas simplesmente por pessoas consideradas possuidoras do notório saber. Além disso, podemos dizer também que considerar “as práticas” configuram uma volta ao praticismo, à redução do conhecimento ao saber fazer, sem considerar outras dimensões do conhecimento.

As questões relacionadas a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, estão sendo influenciadas pelas políticas neoliberais. Essas políticas propõem, que é necessário apenas a Língua Portuguesa e a Matemática para se ter um indivíduo preparado para o mercado de trabalho, pois de acordo com o mercado é necessário saber ler, escrever e calcular, e por meio disso desfavorece as outras disciplinas como Arte, Educação Física, Filosofia e Sociologia. E “desse modo, a BNCC se apresenta como aliada na efetivação de propostas e dinâmicas curriculares que contribuem para a padronização e reducionismo curricular, com forte ênfase em Língua Portuguesa e Matemática.” (DOURADO; OLIVEIRA, 2018, p.44).



A reforma do ensino médio promove ataques a disciplinas que sempre incomodam as elites, tais como a Filosofia e a Sociologia, que possibilitam uma reflexão mais crítica e questionadora sobre a realidade social e o sentido da nossa existência.

Todas estas questões estão claramente suprimidas na BNCC. O que se fortalece, no documento, são os princípios competitivos de mercado, a substituição da discussão sobre gestão democrática pela gestão empresarial (pautada na eficiência e eficácia), a formação cada dia mais rasa dos professores, o que coloca a escola pública ainda mais distante de sua perspectiva emancipatória (SENA, 2019, p. 25).

Portanto, esses dois documentos, influenciados pelas políticas neoliberais, marcam um retrocesso no sistema educacional trazendo como reflexo a má qualidade da educação. Além disso, essas políticas proporcionam a desvalorização do trabalho docente. Esse contexto reflete diretamente na educação básica, que proporcionará uma formação menos crítica.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisarmos a BNCC, observamos a influência de políticas neoliberais que a permeiam e que diretamente exerce um poder sobre os currículos escolares, com o objetivo de criar um currículo único nacional. E “com a implementação de políticas neoliberais, o Estado omitiu-se de sua responsabilidade de administrar os recursos públicos para promover a justiça social, a qual está sendo substituída por uma fé cega no mercado” (WOOD, 2001, p.127 *apud* ANTUNES, 2019, p. 50). A BNCC pretende que os currículos, principalmente do Ensino Médio, tenham características que preparem os indivíduos para o mercado de trabalho, que atende ao sistema capitalista.

A questão da diversidade é um ponto desvalorizado na BNCC, já que não se dá importância às particularidades de cada região e suas tradições, e como se busca uma unificação curricular para atender o mercado, muitos assuntos deixarão de ser abordados como a questão cultural e científica. Esse contexto é visto claramente no Ensino Médio que na BNCC possui uma defasagem e negação de conhecimentos, principalmente nos que diz respeito a disciplina de Educação Física.

Ao contrário, a visão político-pedagógica, que estrutura a BNCC, não assegura ou ratifica a identidade nacional sob o eixo do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a valorização e o respeito à diversidade e à efetiva inclusão, conhecimento e cultura, respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (DOURADO; OLIVEIRA, 2018, p.44).

Em suma, a BNCC apresenta uma desvalorização e um desrespeito com os profissionais de cada área de conhecimento, os estudos científicos sobre educação, a diversidade, entre outros aspectos que não são valorizados no documento. Dessa forma, é notório que cada vez mais o neoliberalismo passa a exercer uma influência fortíssima no que diz respeito ao ensino público, que vai se transformando em uma educação para o mercado de trabalho que o capitalismo propõe.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. A formação das novas gerações como campo para os negócios? In: AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: Anpae, 2018. p. 54-59. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.900>. Acesso em: 25 de fev. 2021.

AGUIAR, Márcia Angela da Silva Aguiar. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: Anpae, 2018. p. 8-25. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.900>. Acesso em: 25 de fev. 2021.

ANTUNES, Marina Ferreira de Souza. O currículo como materialização do estado gerencial: a BNCC em questão. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p. 43-64, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i10.517>. Acesso em: 25 de fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília, 2018. Disponível em: [Início \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br). Acesso em: 25 de fev. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. In: AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: Anpae, 2018. p. 41- 47. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.900>. Acesso em: 25 de fev. 2021.

MENDONÇA, Erasto Fortes. PNE e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): impactos na gestão da educação e da escola. In: AGUIAR, Márcia Angela da Silva; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: Anpae, 2018. p. 37-39. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.900>. Acesso em: 25 de fev. 2021.

MOREIRA, Adelson Fernandes. Basta implementar inovações nos sistemas educativos? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-145, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97021999000100010>. Acesso em: 25 de fev. 2021.

RODRIGUES, Aneleyce Teodoro. Parecer Crítico da Versão Preliminar Da Base Nacional Comum Curricular para a Área de Linguagens e o componente curricular-Educação Física. **Motrivivência**, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n48p32>. Acesso em: 8 de fev. 2021.

SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. Convite ao questionamento e à resistência ao abismo lançado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC. In: UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Orgs.). **Diálogos Críticos: BNCC, educação, crise e luta de classes em pauta**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 15-38. Disponível em: <https://www.editorafi.org/640bncc>. Acesso em: 25 de fev. 2021.

